

ÍNDICE GERAL

▪ DIREITO CONSTITUCIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	31
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	33
<i>Promulgada em 05 de outubro de 1988</i>	
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	102
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2, DE 25 DE AGOSTO DE 1992.....	122
<i>Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 1993.....	122
<i>Altera dispositivos da Constituição</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1997.....	122
<i>Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998	123
<i>Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998	124
<i>Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 24, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999	125
<i>Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classistas na Justiça do Trabalho.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001	125
<i>Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001	125
<i>Altera os arts. 149, 155 e 177 da Constituição Federal.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	125
<i>Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	127
<i>Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004	127
<i>Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2005	127
<i>Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006.....	128
<i>Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.</i>	

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	128
<i>Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 20 DE SETEMBRO DE 2007	128
<i>Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010	128
<i>Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 69, DE 29 DE MARÇO DE 2012.....	128
<i>Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2012.....	129
<i>Acréscita art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73, DE 6 DE JUNHO DE 2013	129
<i>Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 78, DE 14 DE MAIO DE 2014.....	129
<i>Acréscita art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre indenização devida aos seringueiros de que trata o art. 54 desse Ato.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 79, DE 27 DE MAIO DE 2014.....	129
<i>Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federais, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014	130
<i>Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86, DE 17 DE MARÇO DE 2015.....	130
<i>Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.....	130
<i>Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 125, DE 14 DE JULHO DE 2022	130
<i>Altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 136, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025.....	130
<i>Altera a Constituição Federal, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, a fim de instituir limite para o pagamento de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e de estipular novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal com seus regimes próprios de previdência social e dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	131
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005.....	133
<i>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.</i>	

LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	136
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 11.585, DE 28 DE JUNHO DE 2023	137
<i>Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</i>	
▪ DIREITO CIVIL/EMPRESARIAL	
LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850	143
<i>Dispõe sobre as terras devolutas do Império.</i>	
DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908	144
<i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais.</i>	
DECRETO-LEI Nº 58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937	147
<i>Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.</i>	
LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964	150
<i>Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</i>	
LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968	161
<i>Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968	163
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973	165
<i>Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976	191
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977	226
<i>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	228
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985	235
<i>Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	239
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991	239
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993	246
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 8.866, DE 11 DE ABRIL DE 1994	251
<i>Dispõe sobre o depositário infiel de valor pertencente à Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	252
<i>Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	256
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996	262
<i>Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	263
<i>Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	267
<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	271
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	272
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	298
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i>	
LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008	325
<i>Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010	325
<i>Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010	326
<i>Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 131, DE 26 DE MAIO DE 2011	331
<i>Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 16, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012	332
<i>Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores.</i>	
RESOLUÇÃO CONJUNTA CNJ/CNMP Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2012	332
<i>Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	333
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 44, DE 18 DE MARÇO DE 2015	337
<i>Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.</i>	
DECRETO Nº 8.771, DE 11 DE MAIO DE 2016	339
<i>Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 73, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017	341
<i>Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	341
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	

RESOLUÇÃO CNJ Nº 270, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018.....	350
<i>Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	351
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 510, DE 26 DE JUNHO DE 2023.....	354
<i>Regulamenta a criação, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais, respectivamente, da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, institui diretrizes para a realização de visitas técnicas nas áreas objeto de litígio possessório e estabelece protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 149, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 (EXCERTOS)	357
<i>Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/ CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 213, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026.....	362
<i>Dispõe sobre os padrões mínimos de tecnologia da informação e comunicação para garantir a segurança, a integridade, a disponibilidade, a autenticidade e a rastreabilidade, assegurando a continuidade das atividades dos serviços notariais e de registro do Brasil; revoga o Provimento nº 74, de 31 de julho de 2018; e dá outras providências.</i>	
▪ DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	377
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	377
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980	379
<i>Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respetivos Titulares.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	380
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 107, DE 6 DE ABRIL DE 2010	381
<i>Institui o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 345, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020	382
<i>Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 350, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.....	383
<i>Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 372, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021	387
<i>Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual.”</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 385, DE 6 DE ABRIL DE 2021	388
<i>Dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências.</i>	
▪ DIREITO PENAL	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	393
<i>Lei das Contravenções Penais.</i>	

LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	396
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	398
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.....	399
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	400
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	402
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	402
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	408
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003	412
<i>Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	415
<i>Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	420
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	425
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.382, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011	434
<i>Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	435
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	439
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	439
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	

LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	440
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	441
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	444
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
DECRETO Nº 11.008, DE 25 DE MARÇO DE 2022.....	447
<i>Regulamenta o § 1º do art. 7º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer a destinação de bens, direitos e valores cuja perda tenha sido declarada em processos de competência da justiça federal nos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.</i>	
DECRETO Nº 11.480, DE 6 DE ABRIL DE 2023.....	447
<i>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.</i>	
DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023	448
<i>Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.</i>	
LEI Nº 15.134, DE 6 DE MAIO DE 2025 (EXCERTOS)	450
<i>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública e garantir aos seus membros e aos oficiais de justiça medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles e os membros da Advocacia Pública, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.</i>	
LEI Nº 15.358, DE 24 DE MARÇO DE 2026	450
<i>Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral); 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e 14.790, de 29 de dezembro de 2023.</i>	
▪ DIREITO PROCESSUAL PENAL	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	461
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	461
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.....	462
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
DECRETO Nº 7.950, DE 12 DE MARÇO DE 2013	464
<i>Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.....	465
<i>Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.</i>	

RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	474
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo Ministério Público.</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	479
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	
PROVIMENTO CFOAB Nº 188, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018	479
<i>Regulamenta o exercício da prerrogativa profissional do advogado de realização de diligências investigatórias para instrução em procedimentos administrativos e judiciais.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 287, DE 25 DE JUNHO DE 2019.....	480
<i>Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário.</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020.....	481
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 484, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.....	482
<i>Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário.</i>	
LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023	483
<i>Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.</i>	
DECRETO Nº 11.693, DE 6 DE SETEMBRO DE 2023.....	484
<i>Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.</i>	
DECRETO Nº 11.765, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023	486
<i>Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos.</i>	
▪ EXECUÇÃO PENAL	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	489
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
RESOLUÇÃO CNPCP Nº 14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1994	503
<i>Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.</i>	
RESOLUÇÃO CNPCP Nº 5, DE 4 DE MAIO DE 2004	506
<i>Dispõe a respeito das Diretrizes para o cumprimento das Medidas de Segurança, adequando-as à previsão contida na Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007	507
<i>Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Res. CNJ 326/2020)</i>	
LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008	510
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNPCP Nº 3, DE 11 DE MARÇO DE 2009	511
<i>Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais.</i>	
RESOLUÇÃO CNPCP Nº 9, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.....	513
<i>Dispõe sobre a exigência mínima de presos por agentes em estabelecimentos penais destinados a presos provisórios e em regime fechado.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 113, DE 20 DE ABRIL DE 2010	514
<i>Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 35, DE 12 DE JULHO DE 2011	515
<i>Dispõe sobre as diretrizes a serem adotadas em atenção aos pacientes judiciários e a execução da medida de segurança.</i>	

ÍNDICE GERAL

<p>PORTARIA INTERMINISTERIAL MS/MJ Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2014.....</p> <p><i>Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNPCP Nº 4, DE 18 DE JULHO DE 2014</p> <p><i>Aprovar as Diretrizes Básicas para Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNJ Nº 307, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.....</p> <p><i>Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNJ Nº 348, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020.....</p> <p><i>Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNJ Nº 369, DE 19 DE JANEIRO DE 2021</p> <p><i>Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNJ Nº 391, DE 10 DE MAIO DE 2021</p> <p><i>Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNJ Nº 405, DE 6 DE JULHO DE 2021</p> <p><i>Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNPCP Nº 28, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022</p> <p><i>Estabelece diretrizes para a realização de revista pessoal em estabelecimentos prisionais e veda a utilização de práticas vexatórias para o controle de ingresso nos locais de privação de liberdade; revoga a Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014; e dá outras providências.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNPCP Nº 29, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022</p> <p><i>Institui, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional e das administrações penitenciárias das unidades federadas, diretrizes para programa sobre saúde íntima e menstrual das mulheres privadas de liberdade.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CNPCP Nº 31, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022</p> <p><i>Regulamenta a implementação, acompanhamento, fiscalização e encerramento das medidas de monitoração eletrônica, decorrentes de ordens judiciais; estabelece providências em caso de descumprimento das condições impostas; e revoga a Resolução nº 5, de 10 de novembro de 2017.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CONJUNTA CNPCP/CNLGBTQIA+ Nº 2, DE 26 MARÇO DE 2024</p> <p><i>Estabelece parâmetros para o acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em privação de liberdade no Brasil.</i></p> <p>DECRETO Nº 12.790, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025</p> <p><i>Concede indulto natalino e comutação de pena e dá outras providências.</i></p> <p>▪ DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>LEI Nº 9.964, DE 10 DE ABRIL DE 2000</p> <p><i>Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis e dá outras providências, e altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994.</i></p> <p>LEI Nº 10.189, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001</p> <p><i>Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – Refis.</i></p>	<p>516</p> <p>520</p> <p>522</p> <p>524</p> <p>527</p> <p>529</p> <p>530</p> <p>533</p> <p>534</p> <p>535</p> <p>538</p> <p>543</p> <p>549</p> <p>551</p>
--	---

▪ DIREITO ADMINISTRATIVO

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	555
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	567
<i>Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 8.027, DE 12 DE ABRIL DE 1990	569
<i>Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	570
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências</i>	
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	571
<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	573
<i>Institui o Código de Trânsito Brasileiro.</i>	
DECRETO Nº 2.487, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1998.....	610
<i>Dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas, estabelece critérios e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e dos planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional das entidades qualificadas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS)	612
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025	613
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.</i>	
LEI Nº 15.299, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025	614
<i>Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore.</i>	
▪ LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994	617
<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO DA OEA Nº 2.656, DE 7 DE JUNHO DE 2011.....	631
RESOLUÇÃO DA OEA Nº 2.714, DE 4 DE JUNHO DE 2012.....	632
▪ INFÂNCIA E JUVENTUDE	
DECRETO-LEI Nº 6.259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944 (EXCERTOS)	637
<i>Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.</i>	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS	638
DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990	638
<i>Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.</i>	

LEI Nº 8.242, DE 12 DE OUTUBRO DE 1991	644
<i>Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.087, DE 21 DE JUNHO DE 1999	645
<i>Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993.</i>	
DECRETO Nº 3.413, DE 14 DE ABRIL DE 2000.....	648
<i>Promulga a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 113, DE 19 DE ABRIL DE 2006.....	652
<i>Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 119, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006	656
<i>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008	656
<i>Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012	666
<i>Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 165, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2012.....	673
<i>Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA N.º 169, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.....	675
<i>Dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86, 87, incisos I, III, V e VI e 88, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</i>	
PORTARIA MS Nº 1.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2015.....	676
<i>Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</i>	
LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016	679
<i>Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.</i>	
DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018	681
<i>Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018	696
<i>Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.</i>	
LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	698
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	

RESOLUÇÃO CNJ Nº 289, DE 14 DE AGOSTO DE 2019	700
<i>Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 295, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019	701
<i>Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 299, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019	703
<i>Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 367, DE 19 DE JANEIRO DE 2021	705
<i>Dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 449, DE 30 DE MARÇO DE 2022	708
<i>Dispõe sobre a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças (1980), em execução por força do Decreto nº 3.141, de 14 de abril de 2000.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 470, DE 31 DE AGOSTO DE 2022	710
<i>Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022	763
<i>Altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ N. 485, DE 18 DE JANEIRO DE 2023.....	769
<i>Dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 498, DE 4 DE MAIO DE 2023	771
<i>Dispõe sobre a atuação do Poder Judiciário no âmbito da política de proteção às crianças e aos adolescentes expostos(as) à grave e iminente ameaça de morte e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 11.533, DE 18 DE MAIO DE 2023.....	772
<i>Institui a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.</i>	
DECRETO Nº 11.556, DE 12 DE JUNHO DE 2023	773
<i>Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.</i>	
PROVIMENTO CNJ N. 149, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 (EXCERTOS)	775
<i>Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 524, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023	777
<i>Estabelece procedimentos ao tratamento de adolescentes e jovens indígenas no caso de apreensão, de representação em processo de apuração de ato infracional ou de cumprimento de medida socioeducativa, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da Justiça da Infância e Juventude ou de juízos que exerçam tal competência.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 241, DE 3 DE OUTUBRO DE 2023.....	780
<i>Dispõe sobre os parâmetros de implementação e funcionamento da modalidade de acolhimento familiar em Família Solidária no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM.</i>	
DECRETO Nº 11.833, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023	782
<i>Dispõe sobre o Conselho Nacional da Juventude.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 165, DE 16 DE ABRIL DE 2024 (EXCERTOS)	783
<i>Institui o Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Judicial (CNN/CNJ- -Jud), que regulamenta os foros judiciais.</i>	

LEI Nº 15.100, DE 13 DE JANEIRO DE 2025	786
<i>Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 622, DE 30 DE MAIO DE 2025	786
<i>Estabelece diretrizes e procedimentos para a transferência interestadual de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade, no âmbito do Poder Judiciário.</i>	
LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	787
<i>Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).</i>	
DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	793
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 273, DE 3 DE OUTUBRO DE 2025	793
<i>Dispõe sobre os parâmetros para atuação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto das mudanças climáticas, considerando riscos, eventos extremos e de evolução lenta, desastres e vulnerabilidades, conforme marcos normativos e técnicos nacionais e internacionais.</i>	
DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026	800
<i>Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.</i>	
▪ DIFUSOS E COLETIVOS	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1977	809
<i>Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.</i>	
DECRETO Nº 80.978, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1977	812
<i>Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.</i>	
REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING)	813
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986	815
<i>Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, DE 8 DE MARÇO DE 1990	816
<i>Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.</i>	
DECRETO Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990	817
<i>Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990	821
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990	829
<i>Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.</i>	
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	830
DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992	833
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.</i>	

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	836
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994	843
<i>Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.</i>	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1994.....	845
<i>Aprova o texto do Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.</i>	
LEI Nº 9.008, DE 21 DE MARÇO DE 1995	852
<i>Cria, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, altera os arts. 4º, 39, 82, 91 e 98 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	853
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997	867
<i>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</i>	
DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997	871
<i>Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto Nº 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997	878
<i>Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental</i>	
LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999	882
<i>Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	884
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNRH Nº 16, DE 8 DE MAIO DE 2001.....	890
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002	892
<i>Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002	893
<i>Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.</i>	
DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003	895
<i>Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	896
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006	901
<i>Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.</i>	

ÍNDICE GERAL

<p>DECRETO Nº 5.903, DE 20 DE SETEMBRO DE 2006.....</p> <p><i>Regulamenta a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.</i></p>	903
<p>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 378, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006</p> <p><i>Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.</i></p>	904
<p>LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007</p> <p><i>Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Ementa com redação dada pela Lei nº 14.026/2020)</i></p>	904
<p>LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009</p> <p><i>Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.</i></p>	915
<p>DECRETO Nº 7.217, DE 21 DE JUNHO DE 2010</p> <p><i>Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.</i></p>	917
<p>LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010</p> <p><i>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.</i></p>	926
<p>DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011</p> <p><i>Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.</i></p>	934
<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012</p> <p><i>Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.</i></p>	936
<p>PORTARIA MJ Nº 618, DE 1 DE JULHO DE 2019.....</p> <p><i>Disciplina o procedimento de comunicação da nocividade ou periculosidade de produtos e serviços após sua colocação no mercado de consumo, previsto nos parágrafos 1º e 2º do art. 10 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.</i></p>	941
<p>DECRETO Nº 9.936, DE 24 DE JULHO DE 2019</p> <p><i>Regulamenta a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.</i></p>	943
<p>LEI Nº 14.160, DE 2 DE JUNHO DE 2021</p> <p><i>Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.</i></p>	946
<p>LEI Nº 14.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021</p> <p><i>Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.</i></p>	946
<p>LEI Nº 14.198, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021</p> <p><i>Dispõe sobre videochamadas entre pacientes internados em serviços de saúde impossibilitados de receber visitas e seus familiares.</i></p>	947
<p>DECRETO Nº 11.034, DE 5 DE ABRIL DE 2022.....</p> <p><i>Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.</i></p>	947
<p>DECRETO Nº 11.150, DE 26 DE JULHO DE 2022.....</p> <p><i>Regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.</i></p>	949
<p>LEI Nº 14.458, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022</p> <p><i>Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.</i></p>	949

LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023	950
<i>Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 508, DE 22 DE JUNHO DE 2023.....	950
<i>Dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário.</i>	
DECRETO Nº 11.599, DE 12 DE JULHO DE 2023	951
<i>Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 520, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023	955
<i>Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades.</i>	
DECRETO Nº 11.786, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023	957
<i>Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor.</i>	
DECRETO Nº 11.815, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023	961
<i>Institui o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis e o seu Comitê Gestor Interministerial.</i>	
LEI Nº 14.755, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023	962
<i>Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
DECRETO Nº 12.313, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	964
<i>Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, firmado pela República Federativa do Brasil, em Genebra, em 28 de fevereiro de 2012.</i>	
LEI Nº 15.190, DE 8 DE AGOSTO DE 2025	967
<i>Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), 9.985, de 18 de julho de 2000, e 6.938, de 31 de agosto de 1981; revoga dispositivos das Leis nºs 7.661, de 16 de maio de 1988, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e dá outras providências.</i>	
ENUNCIADOS SOBRE DIREITO DA SAÚDE	977
▪ DIREITOS HUMANOS	
CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS/WHO)	987
DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM.....	991
CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	992
DECRETO Nº 30.822, DE 6 DE MAIO DE 1952	1000
<i>Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, Concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.</i>	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1960.....	1001
<i>Aprova a Convenção de 25 de julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada pelo Brasil a 15 de julho de 1952.</i>	
DECRETO Nº 70.946, DE 7 DE AGOSTO DE 1972	1005
<i>Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.</i>	
LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	1007
<i>Dispõe sobre o Estatuto do Índio.</i>	

ÍNDICE GERAL

<p>ESTATUTO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS</p> <p><i>(Aprovado pela resolução AG/RES. 447 (IX-O/79), adotada pela Assembléia Geral da OEA, em seu Nono Período Ordinário de Sessões, realizado em La Paz, Bolívia, em outubro de 1979)</i></p>	1010
<p>CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS</p> <p><i>Aprovada pela Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) em Banjul, Gâmbia, em janeiro de 1981, e adotada pela XVIII Assembléia dos Chefes de Estado e Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) em Nairóbi, Quênia, em 27 de julho de 1981.</i></p>	1012
<p>DECRETO Nº 98.386, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1989</p> <p><i>Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura</i></p>	1016
<p>PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE</p> <p><i>Adotado durante a XX Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos, em Assunção, Paraguai, em 8 de junho de 1990</i></p>	1017
<p>DECRETO Nº 99.757, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1990</p> <p><i>Retifica o Decreto nº 98.602, de 19 de dezembro de 1989, que deu nova redação ao Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961, que promulgou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.</i></p>	1018
<p>PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL – PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE RIAD</p>	1018
<p>CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS</p> <p><i>Adoptada pela Resolução 45/158, de 18 de Dezembro de 1990, da Assembleia-Geral (entrada em vigor a 1 de Julho de 2003)</i></p>	1022
<p>DECRETO Nº 40, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991</p> <p><i>Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes</i></p>	1032
<p>DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992</p> <p><i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.</i></p>	1036
<p>LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994</p> <p><i>Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.</i></p>	1042
<p>DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996</p> <p><i>Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.</i></p>	1042
<p>LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997</p> <p><i>Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.</i></p>	1044
<p>PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PROTOCOLO DE SÃO SALVADOR)</p>	1046
<p>LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000</p> <p><i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i></p>	1049
<p>LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001</p> <p><i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i></p>	1052
<p>CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA</p>	1052
<p>DECRETO Nº 4.316, DE 30 DE JULHO DE 2002</p> <p><i>Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.</i></p>	1054
<p>CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER</p>	1056
<p>PROTOCOLO RELATIVO AO ENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM CONFLITOS ARMADOS</p>	1059

PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA REFERENTE À VENDA DE CRIANÇAS, À PROSTITUIÇÃO INFANTIL E À PORNOGRAFIA INFANTIL	1061
RESOLUÇÃO CNAS Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004	1064
<i>Aprova a Política Nacional de Assistência Social.</i>	
DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004	1081
<i>Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.126, DE 27 DE JUNHO DE 2005	1089
<i>Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.</i>	
DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006	1089
<i>Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.</i>	
PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL	1091
PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES	1099
DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	1103
100 REGRAS DE BRASÍLIA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE	1106
<i>O presente texto foi elaborado, com o apoio do Projecto Eurosocial Justiça, por um Grupo de Trabalho constituído no seio da Conferência Judicial Ibero-americana, na qual também participaram a Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos (AIAMP), a Associação Inter americana de Defensores Públicos (AIDEF), a Federação Ibero-americana de Ombudsman (FIO) e a União Ibero-americana de Colégios e Agrupamentos de Advogados (UIBA).</i>	
DECRETO Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009	1111
<i>Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.</i>	
PORTARIA MS Nº 1.190, DE 4 DE JUNHO DE 2009	1113
<i>Institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009-2010) e define suas diretrizes gerais, ações e metas.</i>	
RESOLUÇÃO CNAS Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009	1119
<i>Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 27, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009	1133
<i>Recomenda aos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988 que adotem medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências, aos serviços que prestam e às respectivas carreiras, para a conscientização de servidores e jurisdicionados sobre a importância da acessibilidade enquanto garantia ao pleno exercício de direitos, bem como para que instituam comissões de acessibilidade visando ao planejamento, elaboração e acompanhamento de projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência.</i>	
DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009	1134
<i>Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.</i>	
REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK)	1135
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1145
<i>Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</i>	
PORTARIA MS Nº 130, DE 26 DE JANEIRO DE 2012	1146
<i>Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros.</i>	

ÍNDICE GERAL

<p>LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 <i>Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</i></p>	1149
<p>LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 <i>Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.</i></p>	1150
<p>DECRETO Nº 8.136, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013 <i>Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.</i></p>	1152
<p>DECRETO Nº 8.154, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013 <i>Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.</i></p>	1154
<p>DECRETO Nº 8.368, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014 <i>Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.</i></p>	1156
<p>CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS IDOSOS (ACORDADO PELO CONSELHO PERMANENTE NA SESSÃO REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2015)</p>	1157
<p>LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015..... <i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i></p>	1165
<p>REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DOS RECLUSOS..... <i>Adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas através das suas resoluções 663 C (XXIV), de 31 de Julho de 1957 e 2076 (LXII), de 13 de Maio de 1977. Resolução 663 C (XXIV) do Conselho Econômico e Social.</i></p>	1178
<p>DECRETO Nº 8.766, DE 11 DE MAIO DE 2016..... <i>Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994.</i></p>	1184
<p>DECRETO Nº 8.767, DE 11 DE MAIO DE 2016..... <i>Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 6 de fevereiro de 2007.</i></p>	1185
<p>DECRETO Nº 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017 <i>Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007.</i></p>	1191
<p>DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 <i>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.</i></p>	1203
<p>DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019 <i>Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.</i></p>	1206
<p>RESOLUÇÃO CNJ Nº 369, DE 19 DE JANEIRO DE 2021 <i>Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs nº 143.641/SP e nº 165.704/DF.</i></p>	1214
<p>LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021 <i>Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.</i></p>	1216
<p>LEI Nº 14.149, DE 5 DE MAIO DE 2021 <i>Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.</i></p>	1216

RESOLUÇÃO CNJ Nº 401, DE 16 DE JUNHO DE 2021	1216
<i>Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 414, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021	1220
<i>Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 440, DE 7 DE JANEIRO DE 2022	1223
<i>Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 123, DE 7 DE JANEIRO DE 2022	1224
<i>Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 127, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022	1225
<i>Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 128, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022	1225
<i>Recomenda a adoção do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 453, DE 22 DE ABRIL DE 2022	1225
<i>Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. (redação dada pela Resolução n. 489, de 28.2.2023)</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 454, DE 22 DE ABRIL DE 2022	1226
<i>Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 487, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023	1229
<i>Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ N. 490, DE 8 DE MARÇO DE 2023	1233
<i>Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.</i>	
DECRETO Nº 11.471, DE 6 DE ABRIL DE 2023	1234
<i>Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ N. 497, DE 14 DE ABRIL DE 2023	1235
<i>Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 508, DE 22 DE JUNHO DE 2023	1237
<i>Dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário.</i>	
DECRETO Nº 11.702, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023	1238
<i>Institui o Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas.</i>	
DECRETO Nº 11.707, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023	1239
<i>Institui o Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas.</i>	
LEI Nº 14.682, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023	1240
<i>Cria o selo Empresa Amiga da Mulher.</i>	
LEI Nº 14.722, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023	1240
<i>Institui a Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e ao Transplante de Órgãos e Tecidos.</i>	

ÍNDICE GERAL

DECRETO Nº 11.777, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023	1241
<i>Promulga o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, de 15 de dezembro de 1989.</i>	
DECRETO Nº 11.785, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023	1243
<i>Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas.</i>	
DECRETO Nº 11.787, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023	1244
<i>Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar proposta do Plano Nacional de Comunicação Antirracista.</i>	
DECRETO Nº 11.793, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023	1245
<i>Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite.</i>	
DECRETO Nº 11.820, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023	1245
<i>Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.</i>	
DECRETO Nº 11.822, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023	1247
<i>Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades.</i>	
LEI Nº 14.758, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023	1249
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).</i>	